

## **DECISÃO NORMATIVA N. TC-06/2008**

Estabelece critérios para apreciação, mediante parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, e o julgamento das contas anuais dos Administradores Municipais, e dá outras providências.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA,** no uso das competências que lhe são atribuídas pelos arts. 58, 62 e 113 da Constituição Estadual e 1º, 3º e 4º da Lei Complementar (estadual) n. 202, de 15 de dezembro de 2000,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** A apreciação, mediante parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais e o julgamento das contas anuais dos Administradores Municipais observarão o que dispõe esta Decisão Normativa.

**Art. 2º** O Tribunal de Contas apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, emitindo parecer prévio, e julgará as contas anuais dos Administradores.

**Parágrafo único.** O Prefeito Municipal, que ordene despesas, utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, terá suas contas, em relação a esses atos, julgadas pelo Tribunal de Contas.

**Art. 3º** O parecer prévio a ser emitido pelo Tribunal de Contas consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal do exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou rejeição das contas.

**Art. 4º** As contas anuais dos administradores serão submetidas a julgamento do Tribunal de Contas sob a forma de prestação de contas, organizadas de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Interno e em ato normativo do Tribunal de Contas.

**Art. 5º** O Parecer Prévio a ser emitido sobre as contas prestadas pelo Prefeito terá por base o relatório técnico da Diretoria competente.

**Art. 6º** O relatório técnico de análise das contas prestadas pelo Prefeito conterá análise geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e fiscal do Município, assim consideradas as do Poder Executivo e do Poder Legislativo consolidados no Balanço do Município.

**Art. 7º** As irregularidades apuradas na análise das contas anuais prestadas pelo Prefeito serão registradas no relatório técnico, classificadas como de ordem constitucional, legal e regulamentar, e assim consideradas no projeto de parecer prévio elaborado pelo relator, segundo sua natureza, de conformidade com o Anexo I que integra esta Decisão Normativa.

**Art. 8º** As irregularidades apuradas na análise das contas anuais do administrador serão classificadas pelo órgão de controle como de ordem constitucional, legal e regulamentar, e assim consideradas no voto do relator, segundo sua natureza, de conformidade com o Anexo II que integra esta Decisão Normativa.

**Art. 9º** As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõem o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

**I – DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO** – Ocorrência de déficit de execução orçamentária, considerados os valores de transferências financeiras ao Poder Legislativo e a órgãos, bem como o não-processamento (empenhamento) de despesa orçamentária liquidada ou a anulação de despesa orçamentária liquidada promovidos de forma irregular, excetuando-se quando resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior - Lei (federal) n. 4.320/64, art. 48, "b", e Lei Complementar (federal) n. 101/2000, art. 1º, §§ 1º e 4º.

**II – ORÇAMENTO** - Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários e adicionais (Constituição Federal, art. 167, II).

**III – ORÇAMENTO (CRÉDITOS ADICIONAIS)** - Suplementares ou Especiais. Abertura sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes (Constituição Federal, art. 167, V).

**IV – ORÇAMENTO (CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS)** - Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa (Constituição Federal, art. 167, VI).

**V – ORÇAMENTO (CRÉDITOS ADICIONAIS)** – Utilização de créditos adicionais baseada em autorização legislativa para abertura de créditos adicionais ilimitados (Constituição Federal, art. 167, VII).

**VI – DESPESA (ENSINO)** – Não-aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, compreendendo a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento da educação básica (Constituição Federal, art. 212).

**VII – DESPESAS (ENSINO/FUNDEB)** – Não-aplicação de pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério exclusivamente na educação básica e/ou não-aplicação do restante em outras despesas próprias relativas a manutenção e desenvolvimento da educação básica (CF, ADCT, art. 60, XII).

**VIII – DESPESA. FUNDEB.** Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica no valor de R\$...., equivalendo a ....% (menos que 95%) dos recursos oriundos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$.... (Lei n. 11.494/2007, art. 21).

**IX – DESPESA (SAÚDE)** – Não-aplicação de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos que tratam os arts. 158 e 159, I, alíneas “b” e §3º, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde (Constituição Federal, arts. 34, VII, “e”; e 77, I e III).

**X – GESTÃO FISCAL (DISPONIBILIDADE DE CAIXA)** – Despesas decorrentes de obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade de caixa - Lei Complementar (Federal) n. 101/2000, art. 42 e parágrafo único.

**XI – CONTROLE INTERNO** - Ausência de efetiva atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas, ou em auditoria *in loco* (Constituição Federal, art. 31).

**XII – CONTABILIDADE** - Balanço Anual Consolidado demonstrando inadequadamente saldos contábeis, apresentando inúmeras divergências entre as peças que o compõem, prejudicando a verificação da compatibilidade entre a execução orçamentária e as variações patrimoniais, implicando na sua total inconsistência, em afronta ao dispositivo nos arts. 85, 89, 97, 101, 103 e 104 da Lei (federal) n. 4.320/64.

**XIII – CRÉDITOS ADICIONAIS** - Abertura de créditos adicionais por conta de recursos do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro do

exercício anterior inexistentes; abertura de créditos adicionais por conta de recursos oriundos de operações de crédito não autorizadas; ou abertura de créditos adicionais por conta de anulação total ou parcial de dotações orçamentárias e de créditos adicionais ou de operações de crédito não autorizadas - Lei (federal) n. 4.320/64, art. 43.

**XIV – GESTÃO FISCAL (DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO)** - Despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite fixado no art. 20, III, "b", da Lei Complementar (federal) n. 101/2000, sem a eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o art. 23 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000.

**XV – e-SFINGE** - Não-remessa de dados eletrônicos através do Sistema e-SFINGE, em desacordo com o art. 2º da Instrução Normativa n. TC-04/2004.

**Art. 10** O Tribunal de Contas poderá comunicar ao Ministério Público do Estado o descumprimento, pelo Prefeito Municipal, do disposto no art. 42 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000, com a remessa de cópia do Parecer Prévio, do Relatório Técnico e do voto do Relator, ressalvando que, do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal cabe Pedido de Reapreciação, formulado pelo Prefeito, nos termos do art. 55 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000.

**Art. 11** Esta Decisão Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.

Florianópolis, em 17 de dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_  
José Carlos Pacheco

**PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_  
Salomão Ribas Junior

**RELATOR**

\_\_\_\_\_  
Wilson Rogério Wan-Dall

\_\_\_\_\_  
Luiz Roberto Herbst

\_\_\_\_\_  
Otávio Gilson dos Santos

Continuação da Decisão Normativa n. TC-06/2008

---

César Filomeno Fontes

---

Adircélio de Moraes Ferreira Junior  
(art. 86, *caput*, da LC n. 202/00)

FUI PRESENTE

---

Mauro André Flores Pedrozo  
Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público junto  
ao Tribunal de Contas do Estado

**ANEXO I**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO**

**A) RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL**

<p><b>RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL</b> <b>Anexo I</b></p>
---

**A.1**

**DESPESAS/ENSINO.** Não-aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino - ensino infantil e fundamental (CF, art. 212).

**A.2**

**DESPESAS/ENSINO/FUNDEB.** Não-aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério exclusivamente na educação básica e/ou não-aplicação do restante em outras despesas próprias relativas a manutenção e desenvolvimento da educação básica (CF, ADCT, art. 60, IV e XII)

**A.3**

**DESPESA/AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.** Não-aplicação de, no mínimo, 15 % (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea "b" e § 3º, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde (CF, art. 198, § 2º, ADCT, art. 77, II e III).

**A.4**

**AGENTES POLÍTICOS. Vereadores. Subsídio máximo em relação ao número de habitantes.** Subsídio dos Vereadores acima do limite máximo admitido pela Constituição Federal - 20% a 75% daquela fixada para os Deputados Estaduais (CF, art. 29, VI, "a" a "f").

**A.5**

**AGENTES POLÍTICOS. Vereadores. Remuneração. Limite total da despesa.** Despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, extrapolando o limite máximo de 5 % a 8% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior (CF, art. 29-A).

**A.6**

**AGENTES POLÍTICOS. Vereadores.** Alteração do subsídio no curso da legislatura, afrontando os arts. 29, VI, da CF e 111, VII, da CE, ressalvada a revisão geral anual a todos os servidores, quando prevista na lei de fixação dos subsídios.

**A.7**

**ORÇAMENTO.** Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários e adicionais (CF, art. 167, II).

**A.8**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ADICIONAIS - Suplementares ou Especiais.** Abertura sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes (CF, art. 167, V).

**A.9**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS.** Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI).

**A.10**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ADICIONAIS.** Autorização legislativa para abertura de créditos adicionais ilimitados (CF, art. 167, VII).

**A.11**

**FUNDO/CRIAÇÃO.** Instituição de fundo de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, IX).

**A.12**

**PREVIDÊNCIA** - Não-empenhamento e não-recolhimento das cotas de contribuição patronal à instituição de previdência (CF, arts. 195, I, e 149, § 1º).

**B) RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL**

<p><b>RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL</b> <b>Anexo I</b></p>
--

**B.1**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.** Ocorrência de déficit de execução orçamentária, considerados os valores de transferências financeiras ao Poder Legislativo e a órgãos, bem como o não-processamento (empenhamento) de despesa orçamentária liquidada ou a anulação de despesa orçamentária liquidada promovida de forma

irregular, excetuando-se quando resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior - Lei (federal) 4.320/64, art. 48, "b", e Lei Complementar (federal) n. 101/2000, art. 1º, §§ 1º e 4º).

## **B.2**

**BALANÇO FINANCEIRO.** Déficit financeiro, considerada a anulação ou a transferência de valores de conta do passivo financeiro promovida de forma irregular, implicando no desequilíbrio das contas públicas (Lei Complementar n. 101/2000, art. 1º, §§ 1º e 4º, e Lei n. 4.320/64, art. 48, "b").

## **B.3**

**CONTABILIDADE.** Inexistência de escrituração contábil do exercício em exame (Lei n. 4.320/64, arts. 83, 85 a 91, 93 a 95 e 97).

## **B.4**

**CONTABILIDADE.** Registros contábeis incorretos, implicando na inconsistência do balanço e demonstrações financeiras (Lei n. 4.320/64, arts. 83 a 106).

## **B.5**

**CONTABILIDADE.** Ausência de Registro de Contas Contábeis na escrituração contábil do exercício (Lei n. 4.320/64, arts. 83 e 85).

## **B.6**

**CONTABILIDADE.** Ausência de registro no Balanço das Contas Contábeis - indicar as contas (Lei n. 4.320/64, arts. 83, 101 e 105).

## **B.7**

**CONTABILIDADE.** Divergência entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial, deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (Lei n. 4.320/64, arts. 104 e 105).

## **B.8**

**CONTABILIDADE.** Contas contábeis apresentando saldos impróprios na escrituração contábil e no Balanço - indicar as contas (Lei n. 4.320/64, arts. 83 a 106).

## **B.9**

**CONTABILIDADE.** Registros contábeis desatualizados (indicar os dias de atraso), constatado em .../.../..., quando da auditoria *in loco* realizada (Lei n. 4.320/64, arts. 83 e 85 a 91).

## **B.10**

**ORÇAMENTO.** Execução dos programas previstos na lei orçamentária anual confrontando as metas físicas e financeiras previstas com as realizadas (Lei



Complementar (estadual) n. 202/2000, art. 53).

**B.11**

**RECEITA. ALIENAÇÃO DE BENS.** Recursos provenientes de alienações de bens utilizados para outros fins que não despesas de capital (Lei Complementar n. 101/2000, arts. 44 e 50).

**B.12**

**CRÉDITOS ADICIONAIS** - Abertura de créditos adicionais por conta de recursos do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro do exercício anterior inexistentes; ou abertura de créditos adicionais por conta da anulação total ou parcial de dotações orçamentárias e de créditos adicionais ou de operações de crédito não autorizadas. (Lei n. 4.320/64, art.43).

**B.13**

**DESPESA. FUNDEB.** Aplicação dos recursos do FUNDEB fora das finalidades previstas em lei em relação ao mínimo de 60% para remuneração e capacitação do magistério e o restante aplicado em outras despesas próprias de manutenção e desenvolvimento da educação básica (Lei n. 11.494/2007, art. 22).

**B.14**

**DESPESA. FUNDEB.** Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica no valor de R\$...., equivalendo a ....% (menos que 95%) dos recursos oriundos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$.... (Lei n. 11.494/2007, art. 21).

**B.15**

**GESTÃO FISCAL. DISPONIBILIDADE DE CAIXA.** Despesas decorrentes de obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade de caixa (Lei Complementar n. 101/2000, art. 42 e parágrafo único).

**B.16**

**GESTÃO FISCAL. DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO.** Despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite fixado no art. 20, III, "b", da Lei Complementar n. 101/2000, sem a eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o art. 23 do mesmo diploma legal.

**B.17**

**GESTÃO FISCAL. DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO.** Despesas com pessoal do Poder Legislativo acima do limite fixado no art. 20, III, "a", da Lei Complementar n. 101/2000, sem a eliminação do percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o art. 23 do mesmo diploma legal.

**B.18**

**GESTÃO FISCAL. META.** Não efetuado o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação (Lei Complementar n. 101/2000, art. 13).

**B.19**

**GESTÃO FISCAL. META.** Não-atingimento da Meta Fiscal da Despesa prevista na LDO (Lei Complementar n. 101/2000, art. 4º, § 1º).

**B.20**

**GESTÃO FISCAL. META.** Não-atingimento da Meta Fiscal da Receita prevista na LDO (Lei Complementar n. 101/2000, art. 4º, § 1º).

**B.21**

**GESTÃO FISCAL. META.** Não-atingimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal prevista na LDO (Lei Complementar n. 101/2000, art. 4º, § 1º).

**B.22**

**GESTÃO FISCAL. META.** Não-realização da Meta Fiscal do Resultado Primário prevista na LDO (Lei Complementar n. 101/2000, arts. 4º, § 1º, e 9º).

**B.23**

**GESTÃO FISCAL. DÍVIDA PÚBLICA.** Dívida Pública Consolidada Líquida acima do limite de 1,2 vezes (120%) da Receita Corrente Líquida (Lei Complementar n. 101/2000, art. 59, III, e Resolução n. 40/2001, do Senado Federal, art. 3º, II).

**B.24**

**GESTÃO FISCAL. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.** Não-adoção de providências para fiscalização das receitas e combate à sonegação (Lei Complementar n. 101/2000, art. 58).

**B.25**

**GESTÃO FISCAL. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.** Não-demonstração das ações implantadas para recuperação de créditos tributários nas instâncias administrativa e judiciária (Lei Complementar n. 101/2000, art. 58).

**B.26**

**CONTROLE INTERNO.** Ausência, na prestação de contas de governo anualmente prestada pelo Prefeito, do relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual.

**B.27**

**e-SFINGE.** Não-remessa de dados eletrônicos através do Sistema e-SFINGE, em desacordo com o art. 2º da Instrução Normativa n. TC-04/2004.

## **C) RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR**

<p><b>RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR</b> <b>Anexo I</b></p>
---

### **C.1**

**GESTÃO FISCAL.** Não-remessa de dados eletrônicos através do Sistema e-SFINGE, referentes ao período.../.../... a .../.../... (Instrução Normativa n. TC-04/2004, art. 3º).

### **C.2**

**GESTÃO FISCAL.** Atraso superior a 30 dias ou reincidência de atraso na remessa de dados eletrônicos através do Sistema e-SFINGE referentes ao período de .../.../... a .../.../.... (Instrução Normativa n. TC-04/2004, art. 3º).

## **ANEXO II**

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ADMINISTRADOR**

#### **A) RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL**

<b>RESTRIÇÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL</b> <b>Anexo II</b>
--

##### **A.1**

**ATOS MUNICIPAIS. PUBLICIDADE.** Não-publicação de atos municipais (indicar os atos) que produzam efeitos externos (CE, art. 111, parágrafo único).

##### **A.2**

**DESPESA COM PUBLICIDADE. PROMOÇÃO PESSOAL.** Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas contendo nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos (CF, art. 37, § 1º).

##### **A.3**

**LICITAÇÃO.** Aquisição de materiais e bens, contratação de serviços ou obras sem realização de processo licitatório, quando exigível (CF, art. 37, XXI).

##### **A.4**

**LICITAÇÃO.** Fragmentação de despesas de um mesmo objeto, cujo montante ensejaria a realização de processo licitatório, caracterizando a realização de despesa sem licitação (CF, art. 37, XXI).

##### **A.5**

**LICITAÇÃO.** Despesas realizadas com justificativas de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem amparo na legislação em vigor (CF, art. 37, XXI).

##### **A.6**

**CONTRATO.** Despesas realizadas com base em contrato firmado com pessoas jurídicas em débito com a previdência social (CF, art. 195, § 3º).

##### **A.7**

**AGENTES POLÍTICOS. Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. Subsídio.** Não-observância da iniciativa de lei para a fixação e/ou alteração do

subsídio (CF, art. 29, V, e CE, art. 111, VI, com a redação da EC 38/2004).

#### **A.8**

**AGENTES POLÍTICOS. Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores. Subsídio em parcela única.** Aprovação dos subsídios sem observância à norma constitucional que exige sua fixação em parcela única (CF, arts. 29, V e VI, 37, X, e 39, § 4º).

#### **A.9**

**AGENTES POLÍTICOS. Vereadores. Subsídio máximo em relação ao número de habitantes.** Subsídio dos Vereadores acima do limite máximo admitido pela Constituição Federal - 20% a 75% daquela fixada para os Deputados Estaduais (CF, art. 29, VI, "a" a "f").

#### **A.10**

**AGENTES POLÍTICOS. Vereadores. Remuneração. Limite total da despesa -** Descumprimento do limite máximo de 5% a 8% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do Poder Legislativo, excluindo-se os inativos (CF, art. 29-A).

#### **A.11**

**AGENTES POLÍTICOS. Vereadores.** Alteração do subsídio no curso da legislatura, afrontando os arts. 29, VI, da CF e 111, VII, da CE, ressalvada a revisão geral anual a todos os servidores, quando prevista na lei de fixação dos subsídios.

#### **A.12**

**PODER LEGISLATIVO. FOLHA DE PAGAMENTO.** Despesa com a folha de pagamento, incluído o valor do subsídio dos Vereadores, superior a 70% da receita da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 1º).

#### **A.13**

**ORÇAMENTO.** Realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários e adicionais (CF, art. 167, II).

#### **A.14**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ADICIONAIS. Suplementares ou Especiais.** Abertura sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, V).

#### **A.15**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS e ADICIONAIS.** Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, VI).

**A.16**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ADICIONAIS.** Suplementares ou Especiais. Abertura sem a indicação dos recursos correspondentes (CF, art. 167, V).

**A.17**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS ADICIONAIS.** Autorização legislativa para abertura de créditos adicionais ilimitados (CF, art. 167, VII).

**A.18**

**ORÇAMENTO/CRÉDITOS.** Abertura de créditos adicionais sem prévia autorização legislativa, ou seja, com autorização posterior (CF, art. 167, V).

**A.19**

**PESSOAL.** Admissão de servidores em cargo efetivo ou emprego público sem a realização de concurso público (CF, art. 37, II).

**A.20**

**PESSOAL.** Gratificação diferenciada a servidores ocupantes do mesmo cargo ou função - efetivo ou comissionado - em desacordo com os princípios constitucionais da isonomia e impessoalidade (CF, arts. 5º, *caput*, e 37, *caput*).

**A.21**

**PESSOAL. QUADRO.** Criação de função de confiança ou de cargo comissionado com atribuições não compatíveis com as de direção, chefia e assessoramento (CF, art. 37, V).

**A.22**

**PESSOAL. QUADRO.** Inexistência de quadro de pessoal e plano de carreira (CF, art. 39, §§ 1º e 8º).

**A.23**

**PESSOAL.** Contratação de pessoal por tempo determinado, sem observância dos requisitos previstos no art. 37, IX, da CF, abaixo indicados:

- a- lei municipal autorizativa;
- b- indicação dos casos possíveis de contratação;
- c- caracterização da necessidade temporária de excepcional interesse público;
- d- especificação do interesse público excepcional que justifique a contratação temporária.

**A.24**

**PESSOAL.** Manutenção de pessoal contratado por tempo determinado, após o término do prazo do contrato (CF, art. 37, IX).

**A.25**

**PESSOAL.** Prorrogação de contratos de pessoal por tempo determinado além do

prazo previsto em lei (CF, art. 37, IX).

**A.26**

**PREVIDÊNCIA.** Aplicação de recursos provenientes das contribuições previdenciárias do regime próprio de previdência na realização de despesas não relacionadas com benefícios previdenciários (CF, art. 201, I a V).

**A.27**

**PREVIDÊNCIA.** Não-empenhamento e não-recolhimento das cotas de contribuição patronal à instituição de previdência (CF, arts. 195, I, e 149, § 1º).

**A.28**

**PREVIDÊNCIA.** Não-recolhimento à instituição de previdência da retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e agentes políticos (CF, arts. 195, II, e 149, § 1º).

**A.29**

**FUNDO/CRIAÇÃO.** Instituição de fundo de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa (CF, art. 167, IX).

**B) RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL**

<p><b>RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL</b> <b>Anexo II</b></p>
---

**B.1**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.** Ocorrência de déficit de execução orçamentária, considerados os valores de transferências financeiras ao Poder Legislativo e a órgãos, bem como o não-processamento (empenhamento) de despesa orçamentária liquidada ou a anulação de despesa orçamentária liquidada promovida de forma irregular, excetuando-se quando resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior - Lei (federal) n. 4.320/64, art. 48, "b", e Lei Complementar (federal) n. 101/2000, arts. 1º, § 1º, e 4º.

**B.2**

**BALANÇO FINANCEIRO.** Déficit financeiro, considerada a anulação ou a transferência de valores de conta do passivo financeiro promovida de forma irregular, implicando no desequilíbrio das contas públicas (Lei Complementar n. 101/2000, arts. 1º, § 1º, e 4º, e Lei n. 4.320/64, art. 48, "b").

**B.3**

**CONTABILIDADE.** Inexistência de escrituração contábil do exercício em exame (Lei

n. 4.320/64, arts. 83, 85 a 91, 93 a 95 e 97).

**B.4**

**CONTABILIDADE.** Registros contábeis incorretos, implicando na inconsistência do balanço e das demonstrações financeiras (Lei n. 4.320/64, arts. 83 a 106).

**B.5**

**CONTABILIDADE.** Ausência de Registro de Contas Contábeis na escrituração contábil do exercício (Lei n. 4.320/64, arts. 83 e 85).

**B.6**

**CONTABILIDADE.** Ausência de registro das Contas Contábeis no Balanço - indicar as contas (Lei n. 4.320/64, arts. 83, 101 e 105).

**B.7**

**CONTABILIDADE.** Divergência entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial, deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (Lei n. 4.320/64, arts. 104 e 105).

**B.8**

**CONTABILIDADE.** Contas contábeis apresentando saldos impróprios na escrituração contábil e no Balanço - indicar as contas (Lei n. 4.320/64, arts. 83 a 106).

**B.9**

**CONTABILIDADE.** Divergência entre os registros contábeis das contas de Bens Permanentes e de Almoxarifado com a existência física dos bens e materiais - especificar (Lei n. 4.320/64, arts. 83, 85, 89 e 94 a 96).

**B.10**

**CONTABILIDADE.** Impossibilidade de verificação da compatibilidade entre os registros contábeis das contas de Bens Permanentes e de Almoxarifado com a existência física dos bens e materiais - indicar o motivo (Lei n. 4.320/64, arts. 83, 85, 89 e 94 a 96)

**B.11**

**CONTABILIDADE.** Registros contábeis desatualizados (indicar os dias de atraso), constatado em .../.../...., quando da auditoria *in loco* realizada (Lei n. 4.320/64, arts. 83 e 85 a 91).

**B.12**

**RECEITA. ALIENAÇÃO DE BENS.** Recursos provenientes de alienações de bens utilizados em fins distintos da aplicação em despesas de capital (Lei Complementar n. 101/2000, arts. 44 e 50, I)



**B.13**

**RECEITA. DÍVIDA ATIVA.** Não-adoção de providências (administrativas e/ou judiciais) para a efetiva cobrança da dívida ativa - inferior a 5 (cinco) anos - especificar os exercícios de lançamentos e os respectivos valores (Lei Complementar n. 101/2000, art. 11, Lei n. 4.320/64, arts. 52 e 53, Lei n. 6.830/80 e CTN).

**B.14**

**RECEITA. DÍVIDA ATIVA.** Não-adoção de providências para a cobrança da dívida ativa, ocasionando a prescrição do direito de cobrar o crédito tributário e não-tributário devido (inscrita há mais de 5 (cinco) anos sem qualquer ação formal de cobrança (Lei Complementar n. 101/2000, arts. 11 e 13, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal).

**B.15**

**RECEITA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.** Não-adoção de providências para a constituição do crédito tributário, ocasionando a decadência do direito de constituí-lo, ausência de qualquer ação formal de constituição do crédito em 5 (cinco) anos (Lei Complementar n. 101/2000, art. 11, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal).

**B.16**

**RECEITA. OPERAÇÕES DE CRÉDITO.** Contratação de Operações de Crédito com instituição não credenciada junto ao Banco Central do Brasil - indicar número do contrato e valor da operação (Lei Complementar (federal) n. 101/2000, art. 35º, e Lei (federal) n. 4.595/64).

**B.17**

**RECEITA. EMPRÉSTIMO.** Utilização de disponibilidade de caixa de fundo ou órgão do regime próprio de previdência social na forma de empréstimo para o poder público municipal (Lei Complementar n. 101/2000, art. 43, § 2º, II, Lei n. 9.717/98, art. 6º, V).

**B.18**

**CRÉDITOS ADICIONAIS.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos do excesso de arrecadação ou do superávit financeiro do exercício anterior inexistentes; ou da anulação total ou parcial de dotações orçamentárias e de créditos adicionais ou de operações de crédito não autorizadas (Lei n. 4.320/64, art.43).

**B.19**

**DESPESA. ORDEM CRONOLÓGICA DAS EXIGIBILIDADES NO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES.** Inobservância da estrita ordem cronológica das exigibilidades, para cada fonte diferenciada de recursos, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços (Lei

(federal) n. 8.666/93, art. 5º).

#### **B.20**

**DESPESA. FUNDEB.** Aplicação dos recursos do FUNDEB fora das finalidades previstas em lei - mínimo de 60% para remuneração e capacitação do magistério e o restante em outras despesas próprias de manutenção e desenvolvimento da educação básica (Lei n. 11.494/07, art. 22).

#### **B.21**

**DESPESA.** Despesa com prestação de serviços ou aquisição de bens e materiais ou execução de obras, com preço excessivo - acima do preço de mercado (Lei n. 4.320/64, art. 4º c/c art. 12, § 1º).

#### **B.22**

**DESPESA.** Despesas estranhas à competência do Município:

- a) despesas custeadas indevidamente à conta do orçamento municipal (Lei n. 4.320/64, art. 4º c/c art. 12, § 1º), ressalvada a hipótese do art. 62 da Lei Complementar n. 101/2000;
- b) despesa com manutenção de imóveis ou serviços que beneficiem direta ou indiretamente qualquer pessoa física (Lei n. 4.320/64, arts. 4º e 12, §§ 1º, 4º e 5º);
- c) despesa com manutenção de veículos não pertencentes ou não integrados à frota da administração municipal (Lei n. 4.320/64, arts. 4º e 12, § 1º);
- d) outras (especificar).

#### **B.23**

**DESPESA.** Concessão de Auxílios, Contribuições ou Subvenções a entidades privadas sem previsão/regulamentação da matéria em lei específica, sem autorização na LDO e na LOA ou em créditos adicionais (Lei Complementar n. 101/2000, art. 26).

#### **B.24**

**DESPESA.** Concessão de subvenções sociais para entidades cujas finalidades não estejam voltadas à assistência social, médica, educacional e cultural (Lei n. 4.320/64, arts. 16 e 17).

#### **B.25**

**DESPESA.** Concessão de auxílio a pessoas sem lei específica disciplinando a matéria, sem atender às condições estabelecidas na LDO e sem previsão na LOA ou em créditos adicionais (Lei Complementar n. 101/2000, art. 26, e Lei n. 4.320/64, arts. 4º e 12, §§ 2º e 6º).

#### **B.26**

**DESPESA.** Concessão de auxílio a pessoas sem observância aos critérios estabelecidos em lei ou regulamentos ou sem a comprovação da carência dos

beneficiários (Lei n. 4.320/64, arts. 4º e 12, §§ 2º e 6º, e Lei Complementar n. 101/2000, art. 26).

**B.27**

**DESPESA.** Cessão de servidor a outro ente da federação, sem autorização na LDO e na LOA e sem a formalização de convênio (Lei Complementar n. 101/2000, art. 62).

**B.28**

**DESPESA.** Concessão de subvenções econômicas sem autorização em lei específica sobre essa matéria, autorização na LDO e na LOA ou em créditos adicionais (Lei n. 4.320/64, arts. 18 e 19).

**B.29**

**DESPESA.** Pagamento de despesas sem a formalização de termo de recebimento do material, equipamento e/ou do serviço executado (Lei n. 8.666/93, arts. 73 e 74)

**B.30**

**DESPESA.** Pagamento de despesa sem comprovação da sua liquidação (Lei n. 4.320/64, arts. 62 e 63, § 2º, I, II, III).

**B.31**

**DESPESA.** Realização de despesas sem emissão de empenho prévio (Lei n. 4.320/64, art. 60).

**B.32**

**DESPESA.** Classificação econômica da despesa inadequada (Lei n. 4.320/64, art. 12, §§ 1º a 6º).

**B.33**

**DESPESA.** Classificação em elemento de despesa inadequado (Lei n. 4.320/64, art. 13).

**B.34**

**DESPESA.** Classificação funcional programática da despesa inadequada (Lei n. 4.320/64, art. 12, §§ 1º a 6º).

**B.35**

**DESPESA.** Classificação de despesas em programas de ensino fundamental inadequada (Lei (federal) n. 9.394/96, arts. 70 e 71).

**B.36**

**DESPESA.** Notas de empenho com especificação insuficiente (Lei n. 4.320/64, art. 61).

**B.37**

**DESPESA.** Notas de empenho sem a assinatura do ordenador da despesa (Lei n. 4.320/64, art. 58).

**B.38**

**DESPESA.** Despesa com notas fiscais sem o nome do credor ou com identificação insuficiente do credor (Lei n. 4.320/64, art. 63, § 1º, III).

**B.39**

**DESPESA.** Pagamento de despesa para credor indevido (Lei n. 4.320/64, art. 63, § 1º, III).

**B.40**

**LICITAÇÃO.** Processo licitatório relativos a compras, serviços e obras com restrições - especificar e fundamentar (Lei n. 8.666/93).

**B.41**

**LICITAÇÃO.** Atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação com restrições - especificar (Lei n. 8.666/93, arts. 24 e 25).

**B.42**

**LICITAÇÃO.** Inexistência de Registros cadastrais de fornecedores quando exigidos (Lei n. 8.666/93, art. 34).

**B.43**

**LICITAÇÃO.** Cadastro de fornecedores incompletos e/ou desatualizados (Lei n. 8.666/93, art. 34, § 1º).

**B.44**

**LICITAÇÃO.** Expedição de certificados de registros cadastrais a empresas sem cumprimento dos requisitos legais e regulamentares (Lei n. 8.666/93, arts. 36, § 1º, e 37).

**B.45**

**LICITAÇÃO.** Ausência de chamamento público para o registro cadastral (Lei n. 8.666/93, art. 34, § 1º).

**B.46**

**GESTÃO FISCAL. DISPONIBILIDADE DE CAIXA.** Despesas decorrentes de obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato, sem disponibilidade de caixa (Lei Complementar n. 101/2000, art. 42 e parágrafo único).

**B.47**

**GESTÃO FISCAL. RELATÓRIO DE GESTÃO.** Deixar de divulgar o relatório de gestão fiscal até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico (Lei Complementar n. 101/2000, arts. 48 e 55, § 2º, e Lei n. 10.028, art. 5º).

**B.48**

**GESTÃO FISCAL. RELATÓRIO RESUMIDO.** Não-publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária até trinta dias após o encerramento do bimestre - indicar o bimestre (Lei Complementar n. 101/2000, art. 52).

**B.49**

**GESTÃO FISCAL. DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO.** Despesas com pessoal do Poder Executivo acima do limite fixado no art. 20, III, "b", da Lei Complementar n. 101/2000.

**B.50**

**GESTÃO FISCAL. DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO.** Despesas com pessoal do Poder Legislativo acima do limite fixado no art. 20, III, "a", da Lei Complementar n. 101/2000.

**B.51**

**GESTÃO FISCAL. DESPESA COM PESSOAL SUPERIOR AO LIMITE LEGAL.** Não-adoção de providências para o retorno da despesa com pessoal do Poder Executivo ao respectivo limite, no prazo fixado em lei - indicar o período (Lei Complementar n. 101/2000, art. 23, *caput*).

**B.52**

**GESTÃO FISCAL. DESPESA COM PESSOAL SUPERIOR AO LIMITE LEGAL.** Não-adoção de providências para o retorno da despesa com pessoal do Poder Legislativo ao respectivo limite, no prazo fixado em lei - indicar o período (Lei Complementar n. 101/2000, art. 23, *caput*).

**B.53**

**GESTÃO FISCAL. LDO. META.** Proposição da Lei de Diretrizes Orçamentárias sem anexos de metas fiscais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário (Lei Complementar n. 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º, e Lei n. 10.028/2000, art. 5º).

**B.54**

**GESTÃO FISCAL. META.** Não-efetuação do desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação (Lei Complementar n. 101/2000, art. 13).

**B.55**

**GESTÃO FISCAL. LIMITAÇÃO DE EMPENHO.** Não-expedição de ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira nos casos previstos em lei (Lei

Complementar n. 101/2000, art. 9º).

## **C) RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR**

<p style="text-align: center;"><b>RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR</b> <b>Anexo II</b></p>
--

### **C.1**

**BANCOS.** Não-elaboração de conciliações bancárias regulares, evidenciando falta de controle financeiro adequado (Res. n. TC-16/94, art. 4º c/c arts. 22 e 23).

### **C.2**

#### **CAIXA.**

- 1) Constatação de diferença de caixa;
- 2) Existência de documentos impróprios comprovando saldo em caixa: Vales, Notas Fiscais, recibos, etc.;
- 3) Ausência de boletins financeiros;
- 4) Atraso de escrituração do boletim financeiro (indicar n. de dias);
- 5) Boletins financeiros elaborados por setor indevido, evidenciando ausência de segregação de funções;
- 6) Ausência de setor e do respectivo responsável pelos serviços de tesouraria;
- 7) Recebimentos e/ou pagamentos não registrados de imediato;
- 8) Ausência de conferências de caixa;
- 9) Boletins de caixa não assinados pela autoridade competente;
- 10) Cheques em branco assinados;
- 11) Cheques recebidos não tornados nominais;
- 12) Saldo elevado em caixa (Res. n. TC-16/94, art. 4º)

### **C.3**

**DESPESA.** Nota Fiscal sem data, nome e endereço da repartição destinatária (Res. n. TC-16/94, art. 60, I).

### **C.4**

**DESPESA.** Nota Fiscal sem discriminação precisa do objeto da despesa (Res. n. TC-16/94, art. 60, II).

### **C.5**

**DESPESA.** Documentos comprobatórios de despesa com rasuras que prejudicam sua análise (Res. n. TC-16/94, art. 58, parágrafo único).

### **C.6**

**DOCUMENTOS.** Sonegação de documentos ao Tribunal de Contas e/ou ausência de apresentação dos documentos solicitados em auditoria do Tribunal (Res. n.

TC-06/2000, arts. 50, III, e 109, V).

**C.7**

**GESTÃO FISCAL.** Não-remessa de dados de gestão fiscal - indicar o período (Instrução Normativa n. TC-04/2004, art. 3º).

**C.8**

**GESTÃO FISCAL.** Atraso superior a 30 dias ou reincidência de atraso na remessa de dados de gestão fiscal - indicar período (Instrução Normativa n. TC-04/2004, art. 3º).

**C.9**

**CONTABILIDADE.** Atraso na remessa do balanço geral e demais demonstrações contábeis que devem compor a prestação de contas anual (Resolução n. TC-16/94, art. 20, II).

**C.10**

**CONTABILIDADE.** Prestação de informações, no Sistema e-Sfinge, divergentes dos documentos do sistema contábil (Instrução Normativa n. TC-04/2004, com as alterações impostas pela Instrução Normativa n. TC-01/2005).